

A FOLIA DE REIS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE ITAPURANGA, GOIÁS

THE FOLIA DE REIS AS INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE OF ITAPURANGA, GOIÁS

Tátilla Roberta Sousa Santos Silva

Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)

professoratatila@hotmail.com

<http://orcid.org/0009-0008-8942-8340>

<http://lattes.cnpq.br/1472678237989735>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

raul_lanari@ufg.br

<http://orcid.org/0009-0008-2272-7979>

<http://lattes.cnpq.br/2310137671706837>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as Folias de Reis como manifestações do Patrimônio Cultural Imaterial do município de Itapuranga, Goiás. Com este objetivo, iniciaremos o artigo apresentando um breve panorama da trajetória da noção de Patrimônio Cultural e das políticas públicas na área implementadas no Brasil, especialmente da relação entre as noções de “tradição” e “modernidade” que caracterizaram a abordagem brasileira do Patrimônio, à luz das reflexões de autores como Gonçalves (2002), Fonseca (2005) e Chuva (2009). Em seguida, teceremos considerações sobre as Folias de Reis no Brasil, seu processo de consolidação como prática religiosa e cultural em Goiás, dialogando com os trabalhos de Pessoa (2007) e Brandão (1983). Seguindo com a análise, abordaremos os grupos de Folias de Reis existentes em Itapuranga, Goiás, com foco em suas trajetórias históricas e formas de organização, contemplando o universo simbólico da prática religiosa.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Folias de Reis; Itapuranga/GO.

Abstract: The objective of this study was to analyze the Folias de Reis as an intangible cultural heritage of the city of Itapuranga, placed at northern Goiás, Brazil. It begins with a brief overview of the discussion about the concept of Cultural Heritage and the public policies in this area in Brazil, especially about the association between the ideas of “tradition” and “modernity” that took place in Brazil, according to Gonçalves (2002), Fonseca (2005) and Chuva (2009). Subsequently, we comment about the emergence of the Folias de Reis in Goiás as a popular religious practice, in dialog with the ideas of Pessoa (2007) and Brandão (1983). Following this discussion, we present the Folias de Reis groups of Itapuranga, their historical evolution and the symbolic universe of their practitioners.

Considerações Iniciais

86

O surgimento do Patrimônio Cultural como categoria de pensamento e como forma de intervenção pública por meio de políticas preservacionistas foi característica da consolidação da modernidade Ocidental e da difusão de suas práticas culturais para o contexto extra europeu nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Segundo Choay (2001), a emergência das práticas de proteção dos monumentos históricos é um fenômeno localizado no tempo, não sendo possível naturalizá-las como elementos dotados de grande antiguidade. Se os monumentos possuem uma história que remonta à Antiguidade Greco-Romana, passando pelo Humanismo e pelo Colecionismo modernos, os monumentos históricos e a proteção dos mesmos remontam ao século XIX europeu, quando uma série de instituições – Institutos, Inspetorias e mesmo a Universidade – passaram a refletir sobre o estatuto da nacionalidade e associar edificações, coleções e paisagens às culturas nacionais. Esta operação, que integra as formas de escrita da história, se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente com a criação da ONU e de sua agência cultural, a UNESCO, responsável pela realização de encontros entre profissionais da área cultural e pela edição de uma série de documentos que serviram como orientação para as políticas de memória nacionais na segunda metade do século XX.

Segundo Leonardo Castriotra (2020), embora se notasse desde o século XIX que a ideia de patrimônio cultural transcendia as fronteiras nacionais, apontando para a ideia de um Patrimônio comum às nacionalidades, somente a partir do século XX, com o surgimento de organizações que contribuíram para o estabelecimento e a difusão de padrões e políticas comuns a diversos países, se consolidaram estruturas dedicadas à proteção e salvaguarda de bens considerados patrimônios nacionais.

Inicialmente associados às edificações e coleções consideradas dotadas de valor histórico e artístico, os “Patrimônios Históricos e Artísticos Nacionais” foram valorizados por sua exemplaridade, originalidade e capacidade de materializar elementos da cultura, conformando uma abordagem sobre o Patrimônio que o valorizava apenas na dimensão de sua materialidade. Os Patrimônios materiais, *v. 13, n. 2*

Building the way

assim, se consolidaram como protagonistas das práticas patrimoniais desde seus princípios, tendo sido desenvolvidas escolas de pensamento e metodologias que focaram nas formas de intervenção nestes bens com vistas à sua proteção e restauração. Históricos, artísticos, documentais ou arqueológicos, estes bens foram valorizados, até pelo menos a década de 1970 em escala internacional, como indícios do passado, como portadores materiais de valores culturais, sendo a materialidade elemento fundamental para sua identificação e proteção.

A partir da fundação da UNESCO, contudo, os debates internacionais a respeito do estatuto dos bens culturais ganharam complexidade com a contribuição de áreas do saber até então pouco valorizadas no âmbito das políticas de memória, como a antropologia, a linguística, a geografia cultural, a biologia e a semiótica, dando origem a reflexões a respeito dos patrimônios naturais e culturais. A emergência de uma concepção teórica que não separa natureza e cultura, materialidade e imaterialidade, deu origem à categoria de Patrimônio Cultural, que carregou consigo uma valorização da dimensão intangível dos usos do espaço e das práticas culturais, religiosas e dos modos de vida. Segundo Pellegrini (2009, p. 21-22).

Nesse contexto, foi fundada a Unesco, que encampou, inclusive, as ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico e passou a catalisar ações direcionadas a estimular a implantação de políticas públicas favoráveis à conservação dos bens culturais em várias partes do globo terrestre, inclusive no Brasil. [...] Importa-nos destacar que a relevância atribuída aos bens de natureza imaterial é praticamente nova entre a civilização ocidental [...] Oficialmente, os países ocidentais passaram a perceber e a considerar tais questões a partir de 1989, por meio da *Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular*, aprovada pela Conferência Geral da Unesco.

A mesma autora define o Patrimônio Cultural Imaterial como o conjunto de

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (Pellegrini, 2009, p. 20-21)

O trabalho desenvolvido pela UNESCO, com recomendações e diretrizes para identificação, conservação, e salvaguarda da cultura tradicional e popular, torna-se, portanto, fundamental para compreender a emergência da proteção do Patrimônio

Building the way

Cultural Imaterial nos contextos nacionais, como no caso brasileiro. Viabilizam-se, desse modo, projetos de identificação e salvaguarda de bens de natureza imaterial, com reconhecimento de referenciais culturais presentes, por exemplo, em manifestações populares ligadas à cultura brasileira, como as Folias de Reis.

Neste artigo, analisaremos uma manifestação do Patrimônio Cultural Imaterial do município goiano de Itapuranga. Para isso, iniciaremos apresentando um breve panorama das políticas patrimoniais brasileiras, seguindo com a apresentação de Itapuranga, sua história e elementos de sua cultura para, em seguida, apresentar as Folias de Reis como manifestações do patrimônio cultural imaterial brasileiro e, mais especificamente, de Goiás e de Itapuranga. Neste ponto, apresentaremos os grupos de Folias de Reis existentes no município, suas formas de organização, os elementos que compõem as Folias locais e os saberes e fazeres a elas associados.

A salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil

A proteção do Patrimônio Cultural no Brasil teve início na década de 1930 com a criação, em 1934, da Inspetoria Nacional dos Monumentos e, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Alinhados com o projeto cultural do governo de Getúlio Vargas, as duas instituições tiveram como principal atribuição a identificação e proteção dos monumentos representativos da identidade nacional afirmada pelo regime Vargas em seus diversos momentos entre 1930 e 1945 (Fonseca, 2005, p. 106-107). Segundo Gonçalves (2002, p.33), o patrimônio fora “usado para autenticar tanto a existência do Brasil enquanto nação quanto a autoridade dos intelectuais nacionalistas para falar em nome do patrimônio, para identificar, proteger e preservar a identidade nacional”.

A criação do SPHAN se deu a partir da atuação de intelectuais vinculados ao modernismo brasileiro da década de 1920, especialmente aqueles reunidos em torno da figura de Mário de Andrade, que ganhara destaque no campo devido a sua participação no Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DCRSP) entre 1935 e 1938 (Raffaini, 2001). Nesse contexto, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicitou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, principal responsável pela criação do SPHAN, a elaboração de um anteprojeto que sustentasse

Building the way

a criação do novo órgão de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro, tendo este delegado a tarefa a Mário de Andrade. Segundo Brito (2017, p. 52-53):

Mário de Andrade está presente em grande parte dos estudos sobre a criação do SPHAN e invenção do patrimônio histórico e artístico nacional, seja pelo seu protagonismo dentre os modernistas, ou devido a suas pesquisas que adentravam o reconhecimento da arte e arquitetura nacional desde a primeira década do século XX. Pesa ainda o fato de Mário receber, em 1936, o convite do ministro Gustavo Capanema para elaborar o pré-projeto que nortearia a salvaguarda do patrimônio nacional.

O anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado à luz de suas atividades na DCRSP, visava a identificação e proteção de uma ampla gama de manifestações da cultura brasileira, divididas em categorias que abarcavam formas eruditas e populares de produção cultural. Em seu anteprojeto, Mário de Andrade defendeu também a valorização da arquitetura civil vernácula, produzida à margem dos saberes eruditos e utilizando materiais disponíveis às populações locais, bem como as paisagens e o patrimônio natural. Destaca-se a atenção conferida por Mário de Andrade àquilo que, posteriormente, seria chamado de patrimônio imaterial ou intangível, constituído pelos modos de fazer, pelos saberes, as formas de expressão da cultura popular. Haveria espaço, portanto, para elementos tradicionais e modernos, eruditos e populares que, articulados, apontavam para um rico panorama sobre a cultura nacional (ANDRADE, 2002, p. 273-274).

Segundo Marcia Chuva (2009, p. 87) a associação entre as noções de modernidade e tradição foi uma particularidade da abordagem brasileira do Patrimônio, sendo herdeira dos debates modernistas a respeito do estatuto da cultura brasileira. Esta particularidade foi manifestada a partir da associação entre correntes estéticas do passado e as propostas do presente, abrindo espaço para diferentes interpretações. Segundo Mônica Pimenta Velloso (2018, p. 337-372), enquanto algumas vertentes modernistas lançavam o olhar privilegiado para o passado (verde-amarelismo) ou procuravam se apropriar do cosmopolitismo cultural de influência europeia (antropofagia), a chamada “quarta corrente” se caracterizou por tentar equacionar o dilema tradição/modernidade fazendo da primeira a via de acesso à segunda. Dessa maneira, a herança cultural portuguesa decorrente do processo de colonização teria, ao fim e ao cabo, legado ao Brasil elementos de modernidade que,

Building the way

“temperados” pela influência afro-indígena, constituiriam a modernidade à brasileira. Esta interpretação teve grande penetração nos meios intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e 1940, contexto em que se abriram aos intelectuais postos de trabalho na burocracia pública a partir da expansão do Estado e de suas políticas culturais (Miceli, 2001. p. 77-87).

A afirmação deste cenário relativo às políticas culturais demonstrava um esforço estatal para a construção de uma interpretação sobre a cultura brasileira que a integrasse na modernidade ocidental, como assevera José Reginaldo Santos Gonçalves:

[...] importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental. O problema principal era, assim, não simplesmente imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica [...] Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção e uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou “redescobrir” o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais “autênticos” valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais. (Gonçalves, 2002, p. 41)

Chuva (2012, p. 148-149) argumenta que passou a ser defendida no Brasil, a partir da década de 1930 e especialmente após a fundação do SPHAN, a necessidade de proteção de bens arquitetônicos e históricos que pudessem ser representativos de sua identidade e fortalecesse a unidade nacional. O caráter representativo desses bens culturais se associava a uma “pedagogia da nacionalidade” (Dutra, 2009), ou seja, um conjunto de políticas que visavam incutir na população brasileira uma visão sobre a identidade cultural que atentasse para as contribuições europeias, indígenas e africanas, com ênfase nas primeiras que, adaptadas, teriam dado origem a uma versão brasileira da modernidade ibérica. Segundo Dias e Lima (2012), a criação do SPHAN, ligado ao MES (Ministério de Educação e Saúde) foi responsável pela instituição de políticas governamentais de cunho pedagógico e disciplinador em que “a formação do povo passava por um processo educativo, formativo do caráter nacional. O popular começou a ser incorporado ao universo simbólico dessa nação única, percebido como ‘espontâneo’ e ‘natural’” (Dias; Lima, 2012, p.204).

Building the way

Nesse contexto, o Decreto-Lei Nº 25, de novembro de 1937, foi responsável pela criação do SPHAN, do instrumento jurídico do Tombamento e da criação dos quatro Livros do Tombo (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; de Belas Artes; das Artes Aplicadas). A partir de então o tombamento, nas palavras de Carvalho e Meneguello (2020), torna-se o principal norteador da política de proteção do patrimônio e o único instrumento, até então, de patrimonialização.

91

Fonseca (2001) apresenta que somente a partir da década de 1970, com contribuições da antropologia, da linguística, da geografia cultural, da abordagem socioambiental e dos estudos de História Cultural, os responsáveis por fomentar e implementar as políticas de patrimônio conduziram discussões com novas perspectivas para a preservação de bens culturais, introduzindo, por exemplo, a noção de referência cultural:

Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral (Fonseca, 2001, p. 112).

Fonseca apresenta a adoção do conceito de “tecnologias patrimoniais” no âmbito das atividades do Centro Nacional de Referências Culturais no final da década de 1970, tendo sido esta experiência uma das pioneiras no Brasil no que se refere ao estudo das práticas tradicionais. Segundo a mesma autora, a noção de Referências Culturais que surgiu deste debate lançou luz sobre os detentores dos saberes, fazeres e formas de expressão. A noção, em seu entendimento, introduziu uma reflexão sobre os sujeitos que constroem a cultura, adotando-os como pontos de partida para toda e qualquer reflexão sobre as práticas culturais tradicionais: “Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?)” (Fonseca, 2001, p. 112).

A incorporação destes debates entre os temas de interesse das pessoas envolvidas nas políticas patrimoniais no Brasil também se associa à integração do debate brasileiro ao debate internacional que, como já mencionamos, passou a defender a necessidade de uma abordagem mais ampla que garantisse a atenção aos aspectos socioambientais (Santilli, 2005, p. 13-35). Com isso, e diante do contexto brasileiro imediato de redemocratização após vinte e um anos de obscurantismo

Building the way

político da Ditadura Civil-Militar, os debates sobre o Patrimônio Cultural e a Cultura como direito fundamental deram origem a dois artigos da Constituição Federal de 1988 que apontam para a expansão do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico para a noção de Patrimônio Cultural e a introdução de uma nova categoria, a dos bens de natureza material e imaterial, conforme indicado no Artigo 216 da Carta Magna brasileira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, [Constituição, 1988]).

A disposição constitucional que previa a existência de uma Patrimônio Imaterial, contudo, não levou a mudanças imediatas nas políticas patrimoniais brasileiras. Somente no início dos anos 2000 a proteção a este patrimônio imaterial foi regulamentada por meio do Decreto 3551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), voltado para a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro. De acordo com o decreto, foram estabelecidas as 4 categorias relacionadas ao Patrimônio Imaterial: os saberes, as celebrações, formas de expressão e lugares. Cabe mencionar que tais categorias poderiam ser acompanhadas de novas categorias criadas ao longo do tempo, o que não se observou em vinte anos de política nacional de identificação e salvaguarda do Patrimônio Imaterial (Campos; Lanari; Soares, 2021, p. 7-8).

Este alargamento do escopo dos bens culturais integrantes do Patrimônio Cultural brasileiro foi acompanhado pelas políticas estaduais a partir de meados da década de 2000. Entre 2003 e 2009 estados como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Goiás, dentre outros, editaram legislações a respeito de seu patrimônio Imaterial, instituindo o Registro como instrumento de salvaguarda oficial. Com a difusão das políticas de Patrimônio Imaterial no Brasil, observou-se sua adoção na esfera municipal em alguns estados, notadamente Minas Gerais, onde o Programa ICMS Patrimônio Cultural contribuiu para o registro de centenas de bens culturais imateriais por prefeituras do estado. A consolidação do patrimônio imaterial entre as ações das políticas de Patrimônio Cultural, contudo, não representou uma efetividade

Building the way

de sua aplicação, com a carência de recursos para a salvaguarda de práticas, saberes e formas de expressão tradicionais. Ainda se observa uma espécie de hegemonia do patrimônio material no senso comum a respeito do Patrimônio no Brasil, o que colabora para que a materialidade e suas demandas sobressaiam diante das comunidades detentoras de bens imateriais. Assim, ainda há muito a caminhar em termos de uma política efetiva de salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Brasil.

As Folias de Reis e o Catolicismo popular no Brasil: elementos do patrimônio imaterial do país

A ampliação do conceito e do rol de bens integrantes do Patrimônio Cultural contribuiu para que as políticas patrimoniais brasileiras passassem a se interessar por manifestações da cultura popular brasileira, quebrando a hegemonia do “patrimônio em pedra e cal” construída desde 1930. Com isso, deu-se início ao estudo de celebrações e formas de expressão das religiosidades populares no Brasil, de grande importância para a formação da cultura nacional e com ampla difusão entre a população brasileira. Dentre estas manifestações, destacamos a Folia de Reis, foco deste artigo.

A Folia de Reis é uma manifestação religiosa do catolicismo popular de origem portuguesa que chegou ao Brasil com o processo de colonização, se consolidando a partir do século XVIII com a incorporação de elementos locais. As Folias de Reis têm como principal inspiração a história bíblica da visita dos três Reis Magos ao menino Jesus, sendo, por isso, largamente difundida entre católicos em todo o país, especialmente nas pequenas e médias cidades. As manifestações do catolicismo popular no Brasil, segundo Oliveira (1976, p. 133-134) possuem a peculiaridade de se aproximarem das práticas comuns da população, com menor intervenção dos poderes religiosos institucionais, o que conferiu maior permeabilidade e diferentes influências culturais. Esta religiosidade menos ortodoxa, que dialogava com as camadas sociais mais simples e com os postos de menor influência na hierarquia religiosa, foi muito presente nas localidades menos atingidas pelos poderes colonizadores e pela fiscalização metropolitana, o que contribuiu para que se difundisse entre populações pobres e periféricas ao longo da história do Brasil. As Folias de Reis, neste contexto, integram uma série de práticas religiosas que têm como foco os santos de devoção, como as Folias do Divino, as Folias de São

Building the way

Sebastião, dentre outras. Em comum, essas manifestações religiosas populares compartilham o caráter comunitário e a função de angariar fundos para os festejos em homenagem ao santo de devoção. No caso das Folias de Reis, elas integram o conjunto de celebrações integrantes dos ritos natalinos, estando associada à história bíblica do nascimento de Jesus Cristo.

Nas Folias de Reis, os devotos reconstroem ritualmente a peregrinação dos Reis Magos que os levou ao encontro do Menino Jesus. As Folias de Reis são caracterizadas pela realização de um cortejo, denominado “gira” ou “giro”, que percorre um trajeto composto por diversos “pousos”, locais onde a “gira” estaciona para entoar cânticos em homenagem aos três Reis Magos e ao Menino Jesus. Os pousos são garantidos por devotos que, para cumprir seus votos (promessas) ou agradecer por graças obtidas, fornecem aos foliões comida e bebida para que estes “pousem” em suas casas ou ajudam com serviços para que os pousos possam receber os cortejos. Segundo Brandão,

A Folia de Reis é um espaço camponês simbolicamente estabelecido durante um período de tempo igualmente ritualizado, para efeitos de circulação de dádivas – bens e serviços – entre um grupo precatório e moradores de território por onde circula (Brandão, 1983, p. 36).

As Folias são compostas, materialmente, por elementos dotados de grande carga simbólica, como a Bandeira, o Arco e o Presépio, que presentificam elementos da história bíblica que envolve os três Reis Magos. Além disso, a composição das Folias envolve hierarquias manifestadas pelos “cargos” ocupados pelos devotos. O Capitão da Folia é sua principal liderança, não raro a pessoa que dá nome à Folia. Além do Capitão, se destacam as figuras do Palhaço, que representam os soldados do Rei Herodes e, nas Folias, participam das brincadeiras, e o Coro, responsável por responder ao comando do Capitão, que lidera os cânticos do grupo. Essa hierarquia também é atravessada por questões geracionais. Os mais velhos possuem maior autoridade que os mais jovens devido à história de engajamento na Folia. Assim, se estabelece uma relação de ensino e aprendizagem entre os mais velhos e os mais jovens, conferindo às Folias um caráter de transmissão inter-geracional de saberes:

É através da comunicação e dos exemplos dos mais velhos, que novos saberes e identidades vão sendo construídos. A folia de reis é um grande exemplo de aprendizagem cultural, já que, a partir do momento

Building the way

em que a pessoa começa a fazer parte do grupo, é construído um laço de aprendizagem, amor e afetividade entre seus integrantes” (Pessoa; Silva, 2021, p.101-102).

95

As Folias de Reis, portanto, estabelecem uma rede de sociabilidades que fortalece os laços de solidariedade nos locais onde acontecem, seja pelo fato de que constroem vínculos de aprendizado entre seus integrantes ou porque participa de importante momento de afirmação da religiosidade popular e, por isso, da identidade de parcela significativa da população local. Presentes anualmente no cotidiano dessas populações, elas se transformaram em Referências Culturais (Fonseca, 2001, p. 112), ou seja, elementos estruturantes do imaginário e da concepção de espaço/tempo das pessoas que compartilham da devoção que a motiva. Por isso, existem três processos de registros envolvendo Folias de Reis pelo IPHAN – em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. As Folias de Reis foram registradas como patrimônio imaterial em diversos contextos regionais e locais a partir da década de 2010. Destaca-se, nesse sentido, o Registro das Folias de Minas, realizado pelo IEPHA-MG no ano de 2016.

Com a consolidação das políticas de Patrimônio Imaterial nos níveis estadual e municipal, as Folias de Reis passaram a ganhar mais atenção dos órgãos de preservação do Patrimônio, levando a processos de reconhecimento de sua importância cultural.

As Folias de Reis em Itapuranga, Goiás

As Folias de Reis chegaram a Goiás no ritmo do avanço do processo de colonização do sul do continente americano pelos portugueses e seus descendentes, que data das primeiras décadas do século XVIII. As primeiras vilas fundadas no sertão dos Goyazes, nas décadas de 1720 e 1730, decorreram da descoberta de ouro em diversos rios e ribeirões, o que atraiu aventureiros interessados nos possíveis ganhos. Com isso, se observou a chegada de grande número de paulistas, mineiros e portugueses, o que foi responsável pela incorporação de diversos costumes originados do processo de colonização. As manifestações de religiosidade tinham importância central no processo de consolidação das vilas e arraiais, que, em muitos casos, surgiam a partir da doação de terras para o patrimônio dos santos de devoção. As primeiras vilas e arraiais se desenvolveram com grande dificuldade, fosse porque o terreno e o clima não ajudavam ou porque as rendas da extração aurífera não

v. 13, n. 2

Building the way

tardaram a decair, trazendo a necessidade de mudança para novas áreas de extração. Para a subsistência e a obtenção de rendas que permitissem manter suas vidas, muitos proprietários tiveram de diversificar suas atividades, adotando também as atividades agropastoris para garantirem a sobrevivência. Esta dinâmica permaneceu ao longo do século XIX, tendo beneficiado algumas vilas e cidades em decorrência do estabelecimento de rotas comerciais que as atravessavam. Este foi o caso do arraial de Meia Ponte, atual Pirenópolis, que, depois de algumas décadas de atividade mineradora na primeira metade do século XVIII, teve sua economia reorientada para a agricultura e pecuária de subsistência e voltada para o abastecimento de mercados mineiros, baianos e paulistas.

O desenvolvimento das cidades em Goiás foi, até pelo menos a década de 1940, atravessado pela ruralidade. As ligações entre meio urbano e rural se basearam no estabelecimento da economia agropastoril de abastecimento após o ciclo de extração aurífera, tendo se mantido ao longo de todo o século XIX e em boa parte do século XX devido à consolidação do setor agrícola no estado. Estudos como os de Pessoa (2007) afirmam que, em Goiás, o processo de urbanização só alcançou as Folias de Reis na segunda metade do século XX, com o êxodo rural em direção às sedes municipais ou a grandes centros regionais. Dessa forma, com a alteração na composição populacional das cidades goianas, manifestações culturais tradicionais, como as Folias de Reis começaram a passar por alterações em suas dinâmicas, passando a enfrentar dificuldades para se manterem. Esta dinâmica pode ser observada no panorama local do município de Itapuranga.

Distante 164 km de Goiânia, capital do estado de Goiás, Itapuranga está localizada na região Centro-Oeste do estado, mais especificamente na região do Vale do São Patrício, microrregião de Ceres, fazendo divisa com os municípios de Heitorai, Goiás, Guaraíta, Morro Agudo de Goiás, Uruana e Carmo do Rio Verde (IBGE, 2023). A origem do município remonta à formação de fazendas na região do Ribeirão Canastra no final do século XIX e, posteriormente, à formação do arraial do Xixá, comunidade que adotou o nome de uma árvore do cerrado existente na região. A dinâmica das fazendas e do povoado do Xixá se ligava à área de influência da então capital de Goiás, Vila Boa (atual Cidade de Goiás), com comunicação por meio de estradas de terra pelas quais passavam tropas de bois (Santos; Lima, 2016, p. 5).

Building the way

A formação do povoado que deu origem ao município ocorreu na década de 1930, mais especificamente em 1933, quando frades dominicanos requisitaram permissão para a ocupação de terras devolutas nas margens do Ribeirão Canastra, em área próxima ao antigo povoado de Xixá. A região, caracterizada pelo trânsito de comerciantes, passou a ser procurada por migrantes mineiros, paulistas e do nordeste do país, que se estabeleceram no novo povoado buscando estabelecer roças e criações que permitissem a sobrevivência e o comércio. A emancipação ocorreu em 06 de janeiro ano de 1954 (Santos; Lima, 2016, p. 5-6).

A formação do povoado se deu em torno da Matriz de Nossa Senhora de Fátima, como observado em inúmeros núcleos urbanos marcados pela força da religiosidade católica na cultura brasileira. As formas de manifestação da religiosidade constituíram um importante elo entre as populações migrantes que formaram as cidades goianas, de forma que formas de expressão como as Folias de Reis estiveram presentes no cotidiano local desde o início da ocupação que redundou na criação da cidade. Relatos dão conta de que as Folias de Reis existem em Itapuranga desde a década de 1940. Neste processo se destaca a figura de José Pedro Rabelo:

Como era um homem muito católico, José Pedro fez um voto, de realizar uma festa no dia de Santos Reis. Como a Folia de Reis não fazia parte das tradições da região, José Pedro teve que buscar vários foliões no município de Tiros-MG, onde a folia já era uma tradição religiosa, para fazer a festa e, com isso, cumprir sua promessa. Dessa maneira, acabou introduzindo no município de Itapuranga a Folia de Reis, em 1942. (Pessoa, J; Vianês, E. A, 1993, p. 61)

O município de Itapuranga conta hoje com três companhias: Folia de Reis de Lages, Folia de Reis Beija-Flor São Sebastião do Xixá e Folia de Reis Córrego da Onça. A primeira remonta aos primórdios da prática em Itapuranga, ao passo que as demais são mais recentes. A Folia de Reis de Lages, tida como uma herança coletiva pelos foliões locais, se faz presente nas práticas da vida social desde 1943,

A Estrela de Belém nos trouxe até aqui porque somos o somatório da fé inabalável dos foliões e devotos-moradores que vieram antes de nós. E certamente essa herança está sendo confiada a nós hoje, para que a levemos aos foliões e devotos de amanhã. (Pessoa, 2018, p. 15)

Building the way

Mais antiga entre os grupos de Folia de Reis em Itapuranga, a Folia de Lages é uma referência mesmo para os demais grupos do município que, de alguma forma, possuem relação de descendência com ela. Ela surgiu a partir da ação do Sr. Lindolfo Joaquim de Borba, que trouxe foliões do município mineiro de Tiros para dar início à Folia para a região das Lages. A Folia de Lages possui a peculiaridade de realizar o “giro” sem fazer os chamados “pousos”

98

É, diuturnamente, nossa Folia já surgiu desta forma, sem a realização do pouso, gira dia e noite, como você nos acompanhou [...] englobando, então, a saída, o giro e a festa de encerramento, forma um conjunto que nós chamamos de festa de Reis (Pessoa, 2023).

Figura 1 – Saída da Folia de Reis de Lages, casa do Valnoir e Cláudia, 25/12/2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Figura 2 – Chegada da Folia de Reis de Lages, na festa, casa do Sr. Antônio Honório e Adelina, 05/01/2023.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Antônio Ferreira dos Santos, conhecido como Sr. Antônio Alípio, relata que a Folia de Reis Beija-Flor São Sebastião do Xixá foi fundada há aproximadamente 60 anos. A Folia é popularmente conhecida como a Folia do Sr. Antônio Alípio, segundo ele, a companhia surgiu com o objetivo de levar os três Reis Magos de casa em casa e, assim, ajudar as pessoas no cumprimento de seus votos (Santos, 2023). A Folia cumpriu com seu objetivo de forma tranquila nos primeiros anos de existência, contudo, de acordo com observações e conversas com foliões e devotos, percebe-se que nos últimos anos, no ensejo de dar continuidade à tradição e por esforço do Sr. Antônio, seu giro vem acontecendo de forma extemporânea e com a colaboração de amigos foliões de outras companhias.

Building the way

Figura 3 – Folia de Reis Beija-Flor São Sebastião do Xixá, almoço na casa do Sr. José Lúcio, 03/01/ 2022.



Fonte: Edson Pessoa, 2022.

Figura 4 – Chegada da Folia de Reis Beija-Flor São Sebastião do Xixá na casa da dona Juvercina, 05/01/2022.



Fonte: Edson Pessoa, 2022.

A Folia de Reis Córrego da Onça, por sua vez, foi fundada em 2016, administrada por Jurandir Pires de Camargo e Edson Pessoa. Desde sua fundação, ela contou com a colaboração de foliões de outros municípios, como Guaraíta e especialmente Inhumas, de onde vêm foliões da antiga Companhia Divino da Veinha que, devido ao falecimento de seu Capitão, davam continuidade à tradição auxiliando a Folia de Reis Córrego da Onça em Itapuranga (Pessoa, 2023).

Figura 5 – Saída da Folia de Reis Córrego da Onça, casa do Sr. Manoel Gonçalves, 01/01/2023.



Fonte: Edson Pessoa, 2023.

Figura 6 – Chegada da Folia de Reis Córrego da Onça, na festa, casa do Sr. Divino Camargo, 06/01/2023.,



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Entretanto, devido a indisponibilidade dos seus idealizadores para dar continuidade à organização e à ausência de alguém disposto a assumir essa responsabilidade, o ano de 2023 marca o encerramento, ou pelo menos uma pausa, nas atividades desta companhia. Dessa forma, a Folia de Reis Córrego da Onça interrompeu suas atividades, entregando sua bandeira ao padre da paróquia local,

Building the way

que permanece como seu guardião até que surjam novos interessados em comandar suas atividades.

A Folia de Reis é considerada um importante elemento de sociabilidades e de formação das condutas religiosas da comunidade católica de Itapuranga:

Mas, o mais importante é que esses costumes nos ensinam uma coisa importante: pertencer a um grupo pressupõe conviver com regras, com princípios que são agregadores, unificadores. Eles garantem a força e a união do grupo. Sem eles o grupo vai se dividindo, vai se enfraquecendo com guerrinhas e mais guerrinhas internas, como discutimos no Terceiro Retiro. Se queremos passar dos 75 para os 80 anos e muito mais que isso, não podemos esquecer dos fundamentos bíblico-cristãos, mas, também, dos costumes tradicionais que nos trouxeram até aqui. (Pessoa, 2018, p. 43)

Devido a centralidade dessa prática nos ritos do catolicismo popular locais e a relação dela com a história do município de Itapuranga, sua valorização e reconhecimento por parte do Poder Público são de suma importância para a garantir que novas gerações se apropriem dela, dando continuidade a este elemento da identidade local.

Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que o município de Itapuranga conta com grupos de Folias de Reis com características distintas, um deles tradicional, decorrente do início da prática religiosa na cidade, e outras duas que foram criadas a partir do exemplo desta primeira, adotando configurações próprias. A continuidade da forma de expressão religiosa de matriz popular, contudo, enfrenta graves entraves associados à distância das novas gerações e a falta de interesse em participar do aprendizado das Folias. A falta de jovens nas Folias faz com que elas dependam cada vez mais de pessoas já idosas, muitas têm falecido no decorrer dos últimos anos, levando à vacância de lideranças locais, como observado no caso da Folia de Reis Córrego da Onça.

Recentemente, a Folia de Reis das Lages foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do município de Itapuranga, recebendo outras formas de atenção por meio de leis e decretos municipais e estaduais:

Building the way

Ao longo do ano 2018, mediante proposição dos vereadores José Pinto Vieira e Geraldo Paulo Fernandes, com assinatura de todos os 11 integrantes do legislativo municipal, foi construído um projeto de lei visando tornar a Folia de Reis de Lages Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Itapuranga [...] E no dia 5 de janeiro de 2019, em plena Festa de Reis, na residência do folião Ozires Pessoa de Borba, data em que festejamos nossos 75 anos, o Prefeito Municipal, Daves Soares da Silva, sancionou publicamente a Lei Nº 2.058, tornando, então, a Folia de Reis de Lages **Patrimônio Cultural Imaterial de Itapuranga-GO**. [...] Por último, nossa Festa de Reis já faz parte do Calendário Cívico Cultural do Estado de Goiás. No dia 12 de março de 2019 o Deputado Estadual Wagner Camargo Neto apresentou um projeto na Assembleia Legislativa [...] A lei aprovada pela Assembleia e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 12 de setembro de 2019, sob o Nº 20.545 (Pessoa; Silva, 2021, p. 67, 70, 72).

Contudo, a forma deste reconhecimento não contribui para uma efetiva política de salvaguarda da forma de expressão tradicional no município. Isto porque, como este reconhecimento decorre de lei votada pelo Poder Legislativo, ele não foi acompanhado pelos estudos técnicos que devem caracterizar o processo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como Processo Administrativo do Poder Executivo. Em outras palavras: é preciso que a Prefeitura Municipal de Itapuranga proceda aos estudos junto às comunidades de Foliões locais para que deste contato possam sair indicações de medidas de salvaguarda que ajudem, de fato, as comunidades a superarem as dificuldades para a manutenção de suas realidades. Acreditamos que, somente com a adoção dessas medidas, será possível auxiliar os detentores dos saberes e fazeres associados às Foliás a manterem suas tradições vivas e, com isso, reforçar os laços de identidade entre os moradores de Itapuranga.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 30, p. 271-287, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A folia de reis de Mossâmedes: etnografia de um ritual camponês. *Revista Goiana de Artes*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 1-58, jan./jun. 1983.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2023.

Building the way

BRASIL. *Decreto-Lei 25/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 10 out.2023.

BRASIL. *Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial*. Diário Oficial da União, 07/08/2000.

BRITO, Carolino Marcelo de Souza. *Mário de Andrade: um nacionalista ou um regionalista paulista no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?* Revista de História da UEG. v. 6 n. 2, 2017, p. 42 – 63.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; LANARI, Raul Amaro de Oliveira; SOARES, Inês Virgínia Prado (Org.). *Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas no Brasil: trajetórias e desafios*. Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2021.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. UNESCO/ICOMOS. In: Aline Carvalho; Cristina Meneguello (org.). (Org.). *Dicionário Temático de Patrimônio. Debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 101-105.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, UNESP. 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

DIAS, C. C.; LIMA, A. C. S. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 199-221, 2012.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Editores e intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; CURY, Maria Zilda Ferreira; WALTY, Ivete Lara Camargo (Org.). *Mobilidades culturais: agentes e processos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 126-136

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Nº 02, pp. 111-120, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Building the way

OLIVEIRA, P. A. R. de. Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 131–141, 1976. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4078>>. Acesso em: 21 out. 2023.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009

PESSOA, Jadir de Morai; PESSOA, Edson; VIANÊS, Edsom Alves. *Meu Senhor Dono da Casa: Os 50 anos da folia de Reis das Lages*. Goiânia: Editora da UCG, 1993.

PESSOA, Jadir de Moraes. Mestres de caixa e viola. *Cad CEDES*, 2007, jan;27(71): 63–83. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000100005>. Acesso em 20.09.2023.

PESSOA, Jadir de Moraes; PESSOA, Reinaldo Divino; PEREIRA, Wagner Antônio. *Varal do retiro*. Goiânia: Kelps, 2018.

PESSOA, Jadir de Moraes; SILVA, Valtuir Moreira da (orgs.). *Os tempos da estrela: 75 anos da Folia de Reis de Lages*. Goiânia: Kelps, 2021.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. 1999. 126f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SANTOS, Andressa Rodrigues; LIMA, Luana Nunes Martins de. *Memórias do Xixá: Itapuranga na lembrança e na voz das artesãs do Conviver*. In.: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luis: UFMA, 2016. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Andressa-Rodrigues-Santos.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. v. 1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 337-372.

Entrevistas

PESSOA, Edson. Entrevista concedida a Tatila Roberta Santos Souza Silva em 19/12/2022. Áudio (18min.).

PESSOA, Edson. Entrevista concedida a Tatila Roberta Santos Souza Silva em 01/01/2023. Áudio (32 min.)

Building the way

PESSOA, Jadir de Moraes. Entrevista concedida a Tatila Roberta Santos Souza Silva em 22/05/2023. Áudio (07min52s).

CAMARGO, Jurandir Pires de. Entrevista concedida a Tátilla Roberta Santos Souza Silva em 01/01/2023. Áudio (11min15s).

SANTOS, Antônio Ferreira dos. Entrevista concedida a Tátilla Roberta Santos Souza Silva em 01/01/2023. Áudio (08min).